

PROMUSE E OS DESAFIOS NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM NOVA ANDRADINA - MS (2018-2023)

Aline Thais Sousa Iashinishi¹

RESUMO: Este artigo teve como objetivo avaliar os desafios da implementação do Programa Mulher Segura (PROMUSE) na cidade de Nova Andradina-MS, que promove estratégias para reduzir a violência contra as mulheres. A metodologia utilizada foi a análise de entrevistas com policiais que atuaram/atua no programa e uma revisão bibliográfica de autores/as relevantes sobre a temática. O estudo analisa como o PROMUSE tem contribuído no combate e na prevenção da violência contra as mulheres na região e quais os impactos de sua implementação para as pessoas que nele atuam ou atuaram. A pesquisa ressaltou a necessidade de políticas de combate à violência contra as mulheres como o PROMUSE no interior do Estado de Mato Grosso do Sul.

Palavras-Chave: Violência contra mulheres. Gênero. Nova Andradina. PROMUSE.

ABSTRACT: This article aims to evaluate the challenges in implementing the Safe Women Program (PROMUSE) in the city of Nova Andradina-MS, which promotes strategies to reduce violence against women. The methodology employed consisted of analyzing interviews with police officers who have participated or currently participate in the program, along with a bibliographic review of relevant authors on the topic. The study seeks to examine how PROMUSE has contributed to combating and preventing violence against women in the region and the impacts of its implementation on those involved in the program. The research highlighted the need for initiatives like PROMUSE to address violence against women in the interior regions of Mato Grosso do Sul.

Keywords: Violence Against Women. Gender. Nova Andradina. PROMUSE.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo propõe-se analisar a trajetória do PROMUSE – Programa Mulher Segura – no enfrentamento da violência contra as mulheres, examinando os desafios encontrados durante os anos iniciais (2018 - 2023) da instalação do programa em Nova Andradina-MS. Ao fazê-lo, busca-se contribuir para a reflexão sobre o aprimoramento das políticas públicas voltadas para as mulheres e para o fortalecimento das iniciativas de combate à violência de gênero em nível local. O objetivo é compreender como as políticas de combate à violência contra as mulheres

¹ Acadêmica do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Nova Andradina.

têm se desenvolvido na região e de que maneira o PROMUSE tem contribuído para esse propósito.

A violência contra as mulheres é uma questão de importância social, política e acadêmica que transcende fronteiras geográficas e culturais. Em Nova Andradina, Mato Grosso do Sul, o Programa Mulher Segura (PROMUSE) destaca-se como uma iniciativa de combate à violência de gênero, cuja implementação e resultados são objeto de análise neste estudo.

Para Sardenberg e Tavares (2016, p. 8) a violência de gênero, é “ qualquer tipo de violência (física, social ou simbólica) baseada na organização social dos sexos, direcionada a indivíduos por causa de seu sexo, identidade de gênero ou orientação sexual, afetando tanto homens quanto mulheres.” No entanto, a violência masculina contra mulheres, especialmente a violência doméstica, é a mais comum, sendo tanto um reflexo quanto um fator que perpetua as desigualdades de gênero nas sociedades contemporâneas.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, optou-se por uma abordagem de pesquisa qualitativa, que inclui a análise de entrevistas com profissionais envolvidos/as em sua implementação e gestão do programa. Foram desenvolvidas entrevistas com policiais da Polícia Militar, o capitão Marcos Bezerra da Silva, as policiais Vanessa Almeida Aquino e Marcia de Souza Breguedo e o policial Jean Marcel Marques.

Segundo Tedeschi (2014), a história oral contribui para o entendimento do cotidiano social e cultural em que vivemos. Através da história oral, o conhecimento histórico do tempo presente possibilita uma escrita democrática da história, permitindo que povos, grupos sociais e mulheres deixem suas marcas e visões sobre o passado e o presente.

Dessa forma, este estudo visa não apenas avaliar o impacto do programa, mas também contribuir para uma reflexão sobre o aprimoramento das políticas públicas voltadas para as mulheres e o fortalecimento das iniciativas de combate à violência de gênero em nível local e regional. O artigo se divide em duas partes, na primeira, apresento o Programa Mulher Segura (PROMUSE) focando em seus objetivos e nos desafios de sua implementação e na segunda parte analiso as entrevistas realizadas com policiais homens e mulheres que atuaram no programa.

2 PROGRAMA MULHER SEGURA EM NOVA ANDRADINA/MS

Nova Andradina está situada no sudeste do estado de Mato Grosso do Sul, a aproximadamente 300 quilômetros de Campo Grande, a capital do estado. O município foi fundado em 20 de dezembro de 1958 e oficialmente instalado em 30 de abril de 1959, após se desmembrar da comarca de Rio Brilhante, que antes pertencia ao município de Bataguassu. O nome da cidade homenageia seu fundador, o pecuarista paulista Antônio Joaquim de Moura Andrade, que também foi o responsável pela colonização de Andradina, no interior de São Paulo. Para evitar confusão com a cidade paulista, foi acrescentado o prefixo "Nova".

O processo de ocupação da região começou em 1957, quando Moura Andrade dividiu uma parte da Fazenda Baile, iniciando os trabalhos na área que hoje forma o município. A distribuição de terras atraiu migrantes de diversos estados, especialmente paulistas, paranaenses, mineiros e nordestinos, contribuindo para o rápido crescimento da cidade. Nesse mesmo período, foi fundada a primeira escola local, funcionando inicialmente em um barracão da Empresa Andrade, com a presença de importantes educadores da época.

Localizada em uma área estratégica, no encontro de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná, Nova Andradina tem se destacado economicamente, principalmente no setor de pecuária, especialmente no que se refere à criação e abate de bovinos. Esse sucesso levou a cidade a ser reconhecida como a "Capital do Boi". Atualmente, Nova Andradina possui uma população estimada em 45.599 habitantes, com uma área de 4.776,10 km² e é considerada o principal centro urbano e econômico da região sudeste de Mato Grosso do Sul. Além disso, o município é conhecido como a "Cidade Sorriso" e ocupa a sétima posição entre as maiores cidades do estado.

No Mapa do feminicídio do Estado de Mato Grosso do Sul, publicado em 2022 pela Secretaria de Estado de Cidadania e Cultura, Subsecretaria de Estado de Políticas Públicas para Mulheres, consta que de 2015 a 2021 foram registrados 3 crimes de feminicídio na cidade de Nova Andradina. Esse dado é relevante ao considerarmos que trata-se do ato extremo de colocar fim à vida de mulheres e que ele é resultado de múltiplas violências anteriores, verbais, psicológicas, físicas, sexuais, patrimoniais, violências estas que são difíceis de quantificar por serem subnotificadas. Nesse contexto, ressaltamos a importância do PROMUSE na cidade.

O Programa "Mulher Segura", implantado pelo tenente coronel Josafá Pereira Dominoni, foi reconhecido pela Câmara de Nova Andradina com uma moção de

parabenização, proposta pelo vereador Amarelinho (MDB). Na matéria publicada no site do poder legislativo é ressaltado que o programa tem como objetivo oferecer atendimento a vítimas de violência doméstica e se fundamenta em três pilares: informar sobre os direitos garantidos, especialmente pela Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), prestar apoio para a efetivação desses direitos e monitorar as Medidas Protetivas de Urgência (MPUs). (Elaine, 2018).

O projeto foi implementado em 2018 em Nova Andradina durante o "Agosto Lilás", em colaboração com a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social. A Polícia Militar de Mato Grosso do Sul é responsável por sua execução, contando com uma Equipe Técnica composta por policiais atuantes em cidades como Dourados, Aquidauana, Ponta Porã, Taquarussu, Nova Alvorada do Sul, Batayporã e Campo Grande, além de Nova Andradina (Elaine, 2018).

Desde seu lançamento em 2018, na Companhia Independente da Polícia Militar de Amambai, o projeto conta com a parceria do Poder Judiciário, que encaminha todas as medidas protetivas concedidas à sede do programa (Elaine, 2018).

O Programa Mulher Segura – PROMUSE é uma iniciativa voltada para o monitoramento e proteção de mulheres que enfrentam situações de violência doméstica e familiar. Policiais Militares, devidamente treinados/as, realizam um policiamento direcionado para combater a violência contra mulheres, que inclui a supervisão das medidas protetivas de urgência, ações preventivas, visitas técnicas e diálogos com as vítimas e seus/uas familiares, além de encaminhamentos para os órgãos que compõem a rede de apoio às mulheres em situação de violência (Ponta Porã em dia, 2023).

Em março do ano de 2023, mês em que se celebra o Dia Internacional da Mulher (8 de março), diversas ações foram promovidas. O 2º Sargento PM Eduardo, responsável pelo programa, dedicou-se a conscientizar as mulheres sobre o trabalho do PROMUSE e a importância da rede de assistência disponível para as vítimas de violência doméstica (Ponta Porã em Dia, 2023).

Ademais, a implementação da Lei Maria da Penha tem se mostrado um passo fundamental na proteção das mulheres em Nova Andradina. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher têm desempenhado um papel significativo na aplicação dessa legislação e na assistência às vítimas. Paralelamente, campanhas de conscientização buscam desconstruir estereótipos de gênero e incentivar a denúncia de casos de violência. O PROMUSE - Programa Mulher Segura, da Polícia Militar de

Mato Grosso do Sul, criado pela Portaria PMMS nº 032/2018, é um exemplo de iniciativa que visa monitorar e proteger mulheres que vivem em contextos de violência doméstica e familiar (Agosto Lilás, 2021).

Apesar dos desafios que ainda persistem, Nova Andradina demonstra um compromisso sério em combater a violência de gênero e promover a igualdade entre homens e mulheres. A conscientização da população, o apoio às vítimas e a colaboração entre diferentes setores da sociedade são fundamentais para criar um ambiente seguro e igualitário para todos/as, independentemente do gênero.

Superar a violência de gênero na cidade requer um esforço conjunto da comunidade, e as iniciativas já em andamento indicam que Nova Andradina está no caminho certo para enfrentar esse complexo desafio. O cenário de violência de gênero em Nova Andradina espelha muitos dos problemas enfrentados em diversas regiões do Brasil e no mundo. Como destaca Couto (2016, p. 31), "embora haja um reconhecimento, muitos feminicídios íntimos no Brasil são resultado de práticas contínuas e agravadas de violência física contra a mulher". A persistência da violência de gênero na cidade está ligada a fatores como desigualdade, cultura machista e falta de conscientização.

A Lei Maria da Penha e a presença dos Juizados de Violência Doméstica representam avanços importantes na proteção das mulheres em Nova Andradina. Além disso, as campanhas de conscientização e as ações de organizações locais têm contribuído para desafiar normas de gênero e promover a denúncia de casos de violência (Couto, 2016).

Expõe-se, ainda, que em 2018, Nova Andradina, assim como outras cidades brasileiras, enfrentou desafios significativos relacionados à violência de gênero. Antes da criação do Programa Mulher Segura, a cidade refletia preocupações nacionais sobre a violência contra as mulheres, que se manifestava de várias formas, como violência doméstica, assédio sexual e agressões físicas, incluindo feminicídios. A ausência de um sistema coordenado de combate à violência de gênero contribuía para a continuidade desses casos (Agosto Lilás, 2021).

Um dos principais obstáculos era a subnotificação dos incidentes, já que muitas mulheres não denunciavam os abusos por medo, vergonha ou desconfiança no sistema judicial. Isso resultava em uma diferença considerável entre os casos de violência que realmente ocorriam e aqueles que eram reportados às autoridades.

Outro desafio significativo era a falta de recursos destinados ao enfrentamento da violência de gênero. A escassez de abrigos e serviços de apoio dificultava o acesso a ajuda para mulheres em situação de vulnerabilidade. Assim como em muitas regiões do Brasil, Nova Andradina também lidava com a normalização da violência contra as mulheres, alimentada por uma cultura machista. Estereótipos de gênero e a falta de conscientização pública contribuíam para a perpetuação desse problema. Além disso, as instituições locais, incluindo o sistema de justiça, enfrentavam dificuldades em lidar com casos de violência de gênero, devido à falta de capacitação específica e de estruturas adequadas para a proteção das vítimas e a responsabilização dos agressores (Agosto Lilás, 2021).

Contudo, a criação do PROMUSE em 2018 representou um marco importante na abordagem da violência de gênero na cidade. Esse programa introduziu uma série de iniciativas coordenadas para combater a violência doméstica e familiar, incluindo o fortalecimento da rede de apoio, a promoção da denúncia, a capacitação de profissionais e ações de conscientização pública (Agosto Lilás, 2021).

O PROMUSE, ao ser criado em 2018, simbolizou um ponto de virada no enfrentamento da violência de gênero em Nova Andradina. Entre suas principais ações e impactos, destaca-se o fortalecimento da rede de apoio às vítimas. Abrigos, centros de atendimento e serviços de assistência jurídica foram ampliados e aprimorados, garantindo que mulheres em situação de vulnerabilidade possam acessar o apoio necessário em momentos críticos (Agosto Lilás, 2021).

3 NARRATIVAS DE POLICIAIS: O SENTIDO E OS DESAFIOS DE ATUAR NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

As pessoas selecionadas para as entrevistas foram escolhidas por serem responsáveis pelas ações do Programa durante o período em estudo. Essas escolhas visaram obter uma perspectiva sobre a implementação e os resultados do programa, considerando a experiência prática dos/as entrevistados/as. A seleção incluiu policiais que estiveram diretamente envolvidos/as nas atividades do programa, garantindo que as informações coletadas fossem pertinentes e relevantes.

As entrevistas começaram com perguntas destinadas à identificação dos sujeitos, permitindo contextualizar suas trajetórias. Em seguida, foram feitas indagações sobre a motivação de ingresso na Polícia Militar e, posteriormente, no

PROMUSE. O objetivo dessas perguntas foi compreender os fatores que levaram os/as policiais a se engajar nesse programa específico, revelando suas expectativas e percepções sobre o papel que desempenhariam nas ações programáticas.

Além disso, a investigação buscou entender em que contextos os/as policiais atuaram dentro do PROMUSE. As respostas obtidas proporcionaram uma visão mais específica dos desafios enfrentados e das circunstâncias que moldaram as práticas policiais no âmbito do programa. Dessa forma, as entrevistas contribuíram de modo significativo para a análise dos efeitos e das implicações das ações realizadas, oferecendo uma base para o desenvolvimento deste trabalho acadêmico. A pesquisa foi conduzida por meio de entrevistas com quatro policiais militares, Marcos, Jean, Márcia e Vanessa.

Jean Marcel Marques, nascido em 4 de março de 1980 em Naviraí, Mato Grosso do Sul, mudou-se para Nova Andradina em 2016, após trabalhar na região desde 2008. Sua vinda para a cidade foi motivada pela escolha de um polo para o curso de formação de soldados da Polícia Militar, optando por Nova Andradina devido à proximidade com sua cidade natal.

Jean ingressou na Polícia Militar em setembro de 2008, após ter uma carreira como professor de Educação Física. Ele relatou que sua motivação para se tornar policial surgiu da vontade de ajudar a comunidade de maneira mais efetiva, percebendo que na política, profissão almejada inicialmente, ele não conseguia fazer a diferença desejada. Essa identificação com o meio militar já o acompanhava desde a infância, quando participou de atividades de guarda-mirim. A trajetória de Jean se entrelaça com a criação do programa Promuse, no qual ele começou a atuar em 2018, sendo parte da equipe que implementou o programa na cidade.

Márcia de Souza Briguedo, nascida em Angélica, Mato Grosso do Sul, em 15 de julho de 1978, trouxe uma perspectiva diferente. Ela se mudou para Batayporã aos cinco anos de idade, sua motivação para ingressar na Polícia Militar em 2008 foi impulsionada pela busca por estabilidade financeira, dado seu histórico como professora contratada. Márcia sempre teve o desejo de seguir carreira militar, mas esse sonho havia sido adormecido até que a oportunidade do concurso surgiu. Ela destacou que seu trabalho na educação, lecionando matemática, a ajudou a construir uma base sólida que culminou em sua escolha pela Polícia Militar.

Durante a entrevista, Márcia também abordou sua experiência no Promuse, iniciando sua atuação no programa em 2018 em Batayporã, antes de expandir para

Nova Andradina e Nova Casa Verde em 2020. Sua motivação para atuar no Promuse estava relacionada à continuidade de seu trabalho educativo e social, uma vez que ela já havia participado do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), um programa voltado para a prevenção e educação de combate às drogas. A transferência para o Promuse se deu de forma quase espontânea, sendo convidada pelo Coronel da época para assumir essa nova missão. Essa conexão entre educação e policiamento social foi um elemento central em sua trajetória profissional.

As narrativas de Jean e Márcia revelam não apenas suas motivações pessoais, mas também o impacto do contexto social e comunitário em suas decisões. A trajetória de Jean, com um foco em uma abordagem prática e militar, contrasta com a experiência de Márcia, que enfatiza a educação como uma ferramenta essencial para a transformação social. Ambas as experiências, no entanto, estão interligadas pela missão do Promuse, que visa fortalecer a relação entre a polícia e a comunidade, promovendo a segurança e a cidadania.

Além disso, a escolha dos/as entrevistados/as reflete a diversidade de experiências dentro da Polícia Militar e a importância de compreender as trajetórias individuais para uma análise mais ampla do programa. O Promuse, instituído sob a liderança do Tenente-Coronel Dominoni, buscou adaptar suas estratégias às necessidades locais, e a participação de policiais como Jean e Márcia foi essencial para a sua implementação. O trabalho de capacitação inicial, que envolveu não apenas a equipe policial, mas também a comunidade, demonstra a importância de um esforço colaborativo na construção de políticas públicas de segurança.

Ademais, os/as outros/as dois/uas policiais entrevistados/as foram Vanessa e Marcos. Vanessa Almeida Aquino, natural de Itaquira, Mato Grosso do Sul, nasceu em 16 de novembro de 1988. Sua jornada na Polícia Militar começou em 2014, quando se deslocou para Nova Andradina para participar do curso de formação de soldados. Após retornar à sua cidade natal, voltou a Nova Andradina em 2016, firmando-se na região. Ao ser questionada sobre sua motivação para ingressar na PM, Vanessa mencionou a busca por estabilidade, além da admiração pela carreira militar, que ela conhecia de perto, já que seu esposo era militar. Essa combinação de fatores a levou a se apaixonar pela profissão, revelando um compromisso com o trabalho policial.

No que diz respeito ao programa Promuse, Vanessa iniciou suas atividades em agosto de 2018, após completar a capacitação necessária para atuar no projeto. O

Promuse, que se concentra no atendimento a vítimas de violência doméstica, exigiu que os/as policiais desenvolvessem empatia e um entendimento sólido das questões que envolvem as vítimas de violência doméstica. A própria experiência de Vanessa, que já havia presenciado situações de violência com pessoas de sua família, motivou seu desejo de atuar na área, levando-a a estudar mais sobre o tema e a se dedicar ao atendimento das mulheres afetadas pela violência.

Marcos Bezerra da Silva, natural de Bataguassu, nasceu em 3 de junho de 1974. Com 31 anos de serviço na Polícia Militar, Marcos possui uma trajetória diversificada, tendo atuado em várias unidades e funções ao longo de sua carreira. Ele ingressou na PM em 1992, motivado principalmente pela necessidade de trabalho em sua cidade pequena e pelo incentivo de um amigo. Embora sua entrada na polícia não tenha sido um sonho de infância, o desenvolvimento de sua carreira e a oportunidade de se especializar em diversas áreas o levaram a assumir papéis de liderança, incluindo a coordenação de projetos sociais como o Promuse.

A trajetória de Marcos dentro da Polícia Militar é marcada por sua dedicação e crescimento profissional. Após anos de experiência em rádio-patrolha e policiamento rodoviário, ele se tornou chefe da assessoria de comunicações do Oitavo Batalhão, onde a gestão de projetos sociais, como o Promuse e outros, se tornou uma parte central de seu trabalho. Marcos destacou a importância do Promuse como uma resposta a problemas sociais prementes, como a violência doméstica, e elogiou a liderança do Tenente-Coronel Dominoni, que foi o idealizador do programa, em sua implementação na região.

A experiência de Marcos no Promuse começou em 2018, quando a equipe foi capacitada para atuar no programa. Ele ressaltou a importância de envolver não apenas os policiais, mas também profissionais da rede municipal, como profissionais de Psicologia e de Serviço Social, para garantir que o programa fosse bem-sucedido. Essa abordagem colaborativa é fundamental, pois as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em situação de violência muitas vezes vão além do âmbito policial, exigindo uma rede de apoio eficaz para oferecer suporte completo.

Marcos destacou que o sucesso do Promuse depende fortemente do trabalho em equipe e da integração entre as diversas áreas da sociedade. Ele mencionou que,

para além do suporte imediato às vítimas², o programa promove um ambiente onde as mulheres se sentem seguras e assistidas em momentos de vulnerabilidade. A comunicação entre as vítimas e a equipe do Promuse é facilitada pelo uso da tecnologia, como o *WhatsApp*, permitindo que as vítimas se mantenham em contato contínuo com a polícia.

A experiência de Marcos, embora mais voltada para a coordenação do programa e não nas ações práticas dele, também lhe proporciona direcionamentos sobre as realidades enfrentadas pelas vítimas. Ele observa que, muitas vezes, as vítimas já passaram por diversas situações de violência antes de buscar ajuda, o que torna ainda mais importante a abordagem empática e compreensiva do Promuse. A interação com as mulheres em situação de violência e o *feedback* dos/as policiais que realizam o atendimento são fundamentais para aprimorar o trabalho da equipe.

Vanessa, por sua vez, compartilhou que trabalhar com o Programa Mulher Segura lhe proporcionou uma satisfação imensa. Ela acredita que a capacidade de escutar e entender a dor das mulheres em situação de violência é essencial para o sucesso do atendimento. Sua experiência pessoal com a violência doméstica ocorrida com pessoas de sua família a ajudou a desenvolver uma sensibilidade única para lidar com as situações que surgem no dia a dia do programa, permitindo-lhe estabelecer uma conexão genuína com as mulheres.

Assim, a capacitação inicial do Promuse, que incluiu palestras e instruções de profissionais com experiência no atendimento a vítimas de violência, foi um marco importante para a equipe. Vanessa enfatizou que a formação não apenas a preparou para lidar com as demandas do programa, mas também a motivou a se aprofundar no tema da violência de gênero, buscando sempre formas de oferecer um suporte mais eficaz.

O Programa Mulher Segura (Promuse) em Nova Andradina tem se mostrado uma ferramenta relevante no combate à violência contra as mulheres, especialmente devido à articulação com a rede de apoio local e às estratégias de segurança públicas implementadas.

2 Entendendo a premissa de que as mulheres que recorrem ao PROMUSE não são vítimas em sua subjetividade, mas que em alguma condição específica da vida se viram em situação de violência, situação essa que pode ser superada e por isso recorreram à ajuda policial, apenas são nomeadas aqui como ‘vítimas’ por ser essa a nomenclatura utilizada dentro do sistema policial, jurídico, aparecendo assim nas narrativas de policiais que estão aqui sendo analisadas.

A partir da análise das entrevistas realizadas, emergem aspectos fundamentais que refletem a complexidade e os avanços desse trabalho. O entrevistado Marcos destacou que os indicadores de sucesso do programa incluem a redução na reincidência de casos de violência entre as vítimas monitoradas. Isso é possível devido ao controle e ao acompanhamento das medidas protetivas, embora, ocasionalmente, ocorram episódios de descumprimento dessas determinações.

A integração entre o Promuse e a rede municipal de apoio surge como um ponto central na eficácia das ações. O suporte oferecido por psicólogos, assistentes sociais e abrigos especializados garante proteção e acolhimento imediato às mulheres em situação de risco. Em casos onde as vítimas enfrentam dificuldades adicionais, como falta de moradia ou de recursos básicos, a rede atua de forma direta, muitas vezes encaminhando-as para locais seguros.

Marcos ressaltou, no entanto, que a presença ostensiva da polícia, embora necessária, pode gerar constrangimento para as vítimas. A chegada de viaturas a residências ou a realização de rondas em áreas vulneráveis, embora preventivas, muitas vezes é vista como uma exposição que pode intensificar o estigma. Por esse motivo, algumas mulheres preferem um acompanhamento mais discreto, evidenciando a necessidade de estratégias que equilibrem segurança e privacidade.

Outro aspecto relevante apontado foi a colaboração interinstitucional que permeia o Promuse. A troca de informações entre o programa, o Judiciário e outras instituições é fundamental para a resposta rápida a casos de descumprimento de medidas protetivas. Exemplos disso incluem a comunicação de ameaças registradas por mensagens ou áudios, prontamente encaminhadas ao juiz responsável. Essa sinergia interinstitucional fortalece o enfrentamento à violência e contribui para uma resposta mais efetiva.

Além das ações repressivas e de monitoramento, o Promuse investe em estratégias educativas e preventivas, como palestras e campanhas de conscientização. Essas ações visam informar as mulheres sobre seus direitos, além de divulgar os recursos disponíveis na rede de apoio. A promoção da educação sobre o tema se torna um meio de empoderamento, ajudando as vítimas a enxergar possibilidades de romper com o ciclo de violência.

Embora a tecnologia desempenhe um papel importante, o entrevistado Marcos enfatizou que o fator humano continua sendo a base do sucesso do Promuse. A dedicação e a empatia das equipes envolvidas no atendimento às vítimas são

indispensáveis para criar vínculos de confiança e garantir que essas mulheres recebam o suporte necessário. Esse trabalho humano é complementado pela atuação integrada da rede de apoio, que potencializa as ações de segurança e assistência.

No entanto, a análise de Marcos também apontou desafios que precisam ser superados. Entre eles, destacam-se a dificuldade de manter um contato contínuo e efetivo com todas as vítimas e os limites impostos pela necessidade de preservar sua privacidade. Além disso, há a demanda por maior capacitação das equipes envolvidas, bem como por investimentos adicionais em infraestrutura e recursos tecnológicos.

A entrevista com o Policial revelou ainda a relevância de iniciativas voltadas à formação de parcerias com instituições locais, como escolas e empresas. Essas colaborações ampliam o alcance do Promuse, promovendo uma conscientização mais ampla sobre a violência de gênero e incentivando o envolvimento da sociedade na construção de um ambiente mais seguro para as mulheres.

O relato de Jean ilustra de maneira profunda os desafios, as complexidades e os impactos do Programa Mulher Segura (Promuse) na região de Nova Andradina. Um dos episódios que mais sensibilizou o entrevistado foi o reencontro com uma vítima que, superando as adversidades enfrentadas, havia retomado seus estudos e se tornado universitária. Essa jovem mulher, que morava na casa dos ex-sogros em um bairro periférico e tinha sob sua responsabilidade quatro ou cinco filhos, sempre colaborou com o programa. Ao vê-la em um evento acadêmico, Jean percebeu a força transformadora do Promuse, que não apenas oferece segurança, mas também incentiva o protagonismo das vítimas em suas trajetórias de vida. Esse reencontro simboliza o impacto positivo que o programa pode ter, promovendo não apenas a proteção, mas também a reconstrução de vidas marcadas pela violência.

No entanto, nem todas as histórias têm desfechos tão positivos. Jean compartilhou um caso profundamente trágico de feminicídio, onde um agressor tirou a vida da cunhada de sua vítima e feriu gravemente a ex-esposa. Esse episódio marcou a equipe do Promuse, que na ocasião enfrentava um momento de consolidação de suas ações no estado, capacitando policiais em outras cidades. A tragédia trouxe uma reflexão dolorosa sobre as limitações de qualquer programa, por mais robusto que seja. Mesmo com todos os esforços de prevenção, ainda há situações em que a violência ocorre de forma devastadora. Esse caso serviu como

um alerta para a equipe e reforçou a necessidade de aperfeiçoar as estratégias de combate e prevenção.

Jean destacou que, apesar das adversidades, prefere focar nos resultados positivos, que demonstram o impacto transformador do trabalho realizado. O Promuse atua não apenas na repressão, mas também na prevenção, promovendo a conscientização e o empoderamento das mulheres. Essa abordagem multidimensional, que combina ações educativas e de segurança, tem se mostrado eficaz para reduzir a reincidência de violência e fortalecer a rede de apoio às vítimas.

A atuação integrada entre as diversas instituições envolvidas, como a Polícia Militar, as delegacias especializadas e os centros de referência, foi mencionada como um dos pilares do sucesso do programa. A existência de abrigos mantidos em sigilo, por exemplo, reflete a preocupação com a proteção e a privacidade das vítimas. Essa articulação entre diferentes órgãos garante que as mulheres em situação de risco possam ser acolhidas e amparadas de maneira segura e eficiente.

Jean também enfatizou a importância das medidas protetivas decretadas pelo Judiciário. A fiscalização e o acompanhamento dessas medidas são cruciais para garantir que os agressores não descumpram as ordens judiciais. Além disso, a existência de penas mais rigorosas, como multas pecuniárias, foi destacada como uma forma de coibir a violência e reforçar a seriedade das medidas legais.

Outro ponto relevante abordado foi o papel da tecnologia no suporte às ações do Promuse. Ferramentas que permitem o monitoramento em tempo real, como o sistema KDG, citado anteriormente, contribuem para a agilidade das respostas da equipe em situações de emergência. Essa inovação tecnológica é um diferencial que fortalece a capacidade do programa de proteger as vítimas e prevenir novos episódios de violência.

Apesar dos avanços, Jean reconheceu os desafios que ainda persistem, como a necessidade de maior capacitação das equipes, o fortalecimento da infraestrutura e a ampliação do alcance das ações preventivas. Ele ressaltou que, embora o trabalho de repressão seja fundamental, a prevenção e a conscientização são essenciais para atacar as raízes do problema.

As campanhas educativas e as ações de sensibilização foram apontadas como estratégias fundamentais para mudar a percepção social sobre a violência de gênero. Jean acredita que iniciativas como palestras e eventos acadêmicos, como o que

proporcionou o reencontro com a vítima mencionada, têm um papel transformador, promovendo o diálogo e o empoderamento das mulheres.

O relato também revelou a complexidade das dinâmicas familiares e sociais enfrentadas pelas vítimas. No caso da jovem universitária, o apoio dos ex-sogros foi crucial para que ela pudesse reconstruir sua vida. Essa história ressalta a importância de considerar os contextos individuais e de fortalecer as redes de apoio comunitárias no enfrentamento à violência.

Além das ações de campo, Jean destacou a importância do trabalho acadêmico para dar visibilidade às questões de gênero e violência. Ele enxerga o levantamento e a análise de dados como ferramentas indispensáveis para a criação de políticas públicas mais eficazes e para a consolidação de programas como o Promuse.

O depoimento também trouxe à tona o impacto emocional do trabalho no Promuse para os/as profissionais envolvidos/as. Lidando com histórias de superação e tragédias, a equipe enfrenta diariamente os limites de sua atuação e a responsabilidade de transformar a realidade. Essa dimensão humana é fundamental para compreender os desafios e as motivações dos/as que estão na linha de frente do combate à violência contra as mulheres.

O relato de Vanessa destaca de forma enfática os desafios e as complexidades enfrentadas no combate à violência contra as mulheres, trazendo à tona não apenas as tragédias individuais, mas também as implicações sistêmicas e institucionais envolvidas. Uma das situações narradas remonta ao ano de 2019, quando Vanessa e sua equipe tiveram que atender um caso de tentativa de feminicídio logo após retornarem de uma viagem ao Paraná. O autor do crime, um homem que não aceitava a separação, disparou contra sua ex-mulher e acabou vitimando fatalmente a irmã dela. A tragédia deixou marcas profundas, mas também exemplifica a importância do suporte institucional oferecido às sobreviventes, que frequentemente enfrentam traumas intensos e necessitam de acompanhamento contínuo. A narrativa evidencia como, apesar das limitações, o trabalho desenvolvido pode trazer alívio e reconhecimento, mesmo diante de situações irreversíveis.

A atuação da equipe não se limita ao atendimento emergencial. Vanessa relatou como o suporte foi estendido por meio de medidas protetivas e orientação, fortalecendo a rede de apoio à sobrevivente. Esse tipo de acompanhamento é essencial para que as vítimas sintam que não estão sozinhas e para que tenham ferramentas concretas para reconstruírem suas vidas. Apesar da magnitude do

problema, o reconhecimento por parte das vítimas, como no caso narrado, reforça a importância do trabalho realizado, tanto para os/as profissionais envolvidos/as quanto para a sociedade em geral.

No entanto, Vanessa aponta críticas contundentes ao sistema judicial, argumentando que a legislação, embora robusta, muitas vezes falha em garantir sua efetividade prática. A recorrência de feminicídios no estado, com 26 casos registrados em 2023 até o momento do relato, demonstra a gravidade da situação e a necessidade de uma postura mais enérgica por parte das instituições. Para Vanessa, a aplicação das leis precisa ser mais rigorosa, transmitindo aos agressores a mensagem de que seus atos terão consequências severas e inevitáveis.

Além disso, Vanessa enfatiza a importância de campanhas educativas e de conscientização contínuas, mas alerta para as limitações dessas iniciativas isoladas. Para ela, o combate à violência de gênero deve ser reforçado diariamente, de maneira incisiva, com mensagens claras que desafiem normas culturais e sociais profundamente enraizadas. Vanessa remete às raízes do problema, mencionando a reprodução de comportamentos violentos em famílias onde a violência doméstica foi normalizada por gerações, perpetuando um ciclo de agressões e submissão.

A crítica se estende ao papel das famílias e da educação na formação de uma cultura que perpetua a violência de gênero. Vanessa argumenta que a base familiar é um elemento central na prevenção de futuros casos de violência, sugerindo que políticas públicas voltadas para a educação e a conscientização nas escolas e comunidades poderiam desempenhar um papel transformador. Esse tipo de abordagem preventiva, aliado à aplicação rigorosa da lei, seria capaz de atacar as causas estruturais da violência, promovendo mudanças a longo prazo.

A análise do depoimento também revela como a percepção da violência de gênero tem evoluído, mas ainda encontra barreiras significativas na prática cotidiana. Vanessa menciona que, apesar da ampla disseminação de informações por meio da tecnologia, muitas pessoas continuam a reproduzir comportamentos violentos e a justificar ações baseadas em normas antiquadas. Isso ressalta a necessidade de estratégias de intervenção que combinem educação, legislação e suporte institucional.

Outro ponto relevante levantado por Vanessa é o impacto emocional que esse tipo de trabalho tem sobre os/as profissionais envolvidos/as. A exposição constante a situações de extrema violência e tragédias pessoais exige preparo emocional e psicológico, além de um comprometimento ético que vai além das responsabilidades

contratuais. Essa dimensão humana do trabalho é frequentemente negligenciada nas análises institucionais, mas é fundamental para compreender os desafios enfrentados pelas equipes de atendimento.

O relato também expõe as limitações da legislação vigente, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, que, embora representem avanços significativos, ainda carecem de mecanismos mais eficazes de aplicação. Vanessa aponta para a necessidade de desenvolver leis e medidas complementares que sejam mais específicas e que ofereçam respostas rápidas e contundentes em casos de descumprimento de medidas protetivas.

Além disso, Vanessa enfatiza a necessidade de reforçar a política intersetorial entre as diversas instituições envolvidas no enfrentamento à violência de gênero. A colaboração entre delegacias, unidades de saúde, centros de referência e o sistema judicial é essencial para garantir que as vítimas tenham acesso a uma rede de proteção eficiente e articulada. Sem essa integração, muitas iniciativas podem se perder em burocracias ou falhar em atender às necessidades urgentes das vítimas.

A análise também destaca a importância do trabalho interdisciplinar na formulação de políticas públicas mais eficazes. Vanessa reconhece que o enfrentamento à violência de gênero exige uma abordagem interinstitucional que combine perspectivas sociais, psicológicas e jurídicas para abordar tanto os sintomas quanto as causas do problema.

Ainda, o relato de Vanessa reforça a necessidade de um compromisso contínuo e coletivo no combate à violência contra as mulheres. A gravidade e a recorrência dos casos mostram que esse é um problema estrutural, enraizado em desigualdades históricas e culturais. Somente com uma abordagem abrangente, que inclua educação, legislação eficaz e suporte institucional, será possível avançar no enfrentamento a essa questão e construir uma sociedade mais justa e equitativa para todos/as.

Os indicadores de sucesso do Promuse no combate à violência contra as mulheres refletem avanços importantes no empoderamento feminino e na quebra de barreiras que antes dificultavam as denúncias. Márcia destacou que, ao longo de sua atuação, percebeu um aumento significativo nas denúncias por parte de mulheres de alta renda que antes evitavam procurar ajuda devido ao medo de represálias e críticas sociais. Esse dado demonstra que o programa conseguiu atingir camadas da

sociedade tradicionalmente protegidas por um véu de silêncio, promovendo mudanças na percepção de segurança e justiça.

Um aspecto fundamental identificado como positivo é a diminuição do medo de denunciar por parte das mulheres. Essa mudança cultural, segundo Márcia, pode ser atribuída ao trabalho de conscientização realizado pelo programa, bem como à ampliação do acesso à informação sobre direitos e medidas protetivas. As mulheres começaram a reconhecer que as críticas de familiares, amigos/as ou colegas não deveriam ser um obstáculo para buscar proteção contra a violência, o que representa um marco importante na luta por igualdade de gênero.

O relato de Márcia também evidencia como situações específicas podem sensibilizar os/as profissionais que atuam diretamente no enfrentamento à violência. Um caso que a emocionou particularmente foi o de uma jovem mãe, ex-aluna do Proerd, que vivia em condições de extrema vulnerabilidade. Essa mulher, com apenas 20 anos e três filhos pequenos, enfrentava abusos severos de seu parceiro, enquanto estava totalmente dependente dele financeiramente. A intervenção de Márcia, que incluiu suporte emocional, encaminhamentos e acompanhamento contínuo, foi determinante para que a jovem conseguisse romper o ciclo de violência.

A transformação da vida dessa jovem é um exemplo concreto do impacto que o Promuse pode ter na realidade das mulheres atendidas. Após receber apoio, ela conseguiu retornar à casa da mãe, iniciar um curso técnico e conquistar um emprego, evidenciando que o rompimento com o agressor pode ser o ponto de partida para a reconstrução de uma vida digna. Para Márcia, esse caso é emblemático da complexidade da violência de gênero, que frequentemente envolve questões sociais, emocionais e estruturais interligadas.

Outro ponto crucial levantado no depoimento de Márcia é a importância da conscientização como a principal ferramenta no enfrentamento à violência. Desde as crianças que participam do Proerd até as mulheres que buscam ajuda nos programas de apoio, a educação sobre os diferentes tipos de violência tem sido fundamental para reduzir a tolerância a comportamentos abusivos. Essa conscientização, segundo Márcia, não apenas empodera as mulheres, mas também cria uma rede de suporte mais robusta, capaz de acolher e orientar as vítimas de maneira eficaz.

A complexidade da violência de gênero é um tema que permeia todo o depoimento, especialmente na reflexão sobre o papel social do agressor. Márcia relata que, em algumas situações, os próprios agressores também são vítimas de contextos

de vulnerabilidade, como o alcoolismo e a violência familiar, o que reforça a necessidade de abordagens integradas para lidar com a questão. Isso não significa justificar os atos de violência, mas sim compreender que a resolução do problema exige políticas públicas integradas, que incluam assistência às famílias como um todo.

O papel das redes de apoio, como o Promuse, é essencial para fornecer amparo às vítimas e promover transformações sociais. Márcia enfatiza que, em comunidades menores, como Batayporã, o acompanhamento de casos específicos pode fazer toda a diferença, permitindo um trabalho mais próximo e personalizado. Essas intervenções não apenas salvam vidas, mas também ajudam a romper ciclos intergeracionais de violência, oferecendo novas perspectivas para as mulheres e suas famílias.

Apesar dos avanços, Márcia reconhece os desafios ainda presentes, como a resistência cultural e o preconceito que muitas vezes dificultam o trabalho de conscientização. Ela aponta que, embora a informação sobre violência de gênero esteja amplamente disseminada, ainda há mulheres que não acreditam na efetividade das redes de apoio ou que se sentem desencorajadas a buscar ajuda. Esse cenário ressalta a importância de campanhas contínuas e de esforços persistentes para alcançar todas as camadas da sociedade.

Outro aspecto relevante é a necessidade de apoio familiar para que as vítimas se sintam seguras ao romper com seus agressores. Márcia destacou como, em diversos casos, a ausência de suporte por parte da família dificulta a saída da situação de violência, tornando as vítimas mais dependentes de seus agressores. Assim, políticas públicas que promovam o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários são essenciais para criar um ambiente de proteção efetiva.

O caso da jovem mulher, mencionado por Márcia, também ilustra como o acompanhamento contínuo pode ser crucial para prevenir recaídas em relacionamentos abusivos. Mesmo após o rompimento inicial, a jovem enfrentou desafios para se manter longe do agressor, o que levou Márcia a realizar visitas e ligações regulares para garantir que ela permanecesse segura. Essa dedicação ilustra a importância de um acompanhamento a longo prazo, especialmente em comunidades menores onde as redes de proteção são mais acessíveis.

A transformação observada na jovem, que passou de uma situação de total vulnerabilidade para uma posição de maior autonomia, é um exemplo inspirador do impacto positivo que programas como o Promuse podem alcançar. Márcia relatou com

orgulho como a jovem conseguiu reconstruir sua autoestima e iniciar um caminho de independência, mostrando que o trabalho de conscientização e suporte pode ter efeitos duradouros e transformadores.

Por fim, o depoimento destaca a necessidade de que todas as ações sejam realizadas com empatia e respeito pelas vítimas, considerando suas histórias e contextos específicos. A violência de gênero exige abordagens intersetoriais e individualizadas para garantir que todas as mulheres tenham acesso a uma vida livre de violência. Márcia enfatizou que, mesmo nos casos mais desafiadores, cada passo dado em direção à autonomia e segurança das vítimas é uma vitória significativa.

A reflexão sobre o papel dos/as profissionais que atuam no enfrentamento à violência de gênero também é central no depoimento. Márcia reconhece que o trabalho pode ser emocionalmente exaustivo, mas ressalta que o impacto positivo na vida das vítimas é uma fonte de motivação e satisfação. Essa perspectiva humaniza o trabalho realizado pelas equipes de apoio, destacando a importância de valorizar e fortalecer esses/as profissionais.

Em suma, o relato de Márcia evidencia os avanços, os desafios e as complexidades envolvidas no combate à violência contra as mulheres. O Promuse, com suas ações de conscientização, apoio psicológico e acompanhamento contínuo, tem desempenhado um papel crucial na transformação da realidade de inúmeras mulheres, mas a luta por uma sociedade mais justa e equitativa exige esforços constantes e integrados de todos os setores.

4 LEI 14.164/2021 E O TEMA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMO CONTEÚDO ESCOLAR

A Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021, representa um marco significativo na promoção da igualdade de gênero e na prevenção da violência contra as mulheres no Brasil. Alterando a Lei nº 9.394, de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a nova legislação insere conteúdos sobre direitos humanos e prevenção de diversas formas de violência nos currículos da educação básica. Essa mudança reflete o reconhecimento do papel da educação como instrumento fundamental na transformação social, especialmente no enfrentamento de problemáticas estruturais como a violência de gênero.

O artigo 26 da LDB, com a inclusão do parágrafo 9º, determina que temas relacionados aos direitos humanos e à prevenção da violência contra crianças, adolescentes e mulheres sejam abordados como conteúdos transversais. Essa abordagem transversal é essencial, pois permite que os temas sejam integrados em diferentes disciplinas, promovendo reflexões mais abrangentes e contribuindo para uma formação cidadã. Além disso, a legislação exige que o material didático produzido seja adequado ao nível de ensino, garantindo que as discussões sejam acessíveis e relevantes para os/as estudantes.

A instituição da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, prevista no artigo 2º da Lei, reforça o compromisso com a conscientização e o engajamento comunitário. Realizada anualmente no mês de março, essa semana tem como objetivo principal promover o conhecimento sobre a Lei Maria da Penha e fomentar debates críticos sobre a violência contra a mulher. Trata-se de uma estratégia para integrar a comunidade escolar e estimular a reflexão conjunta sobre as causas e os impactos desse tipo de violência.

Um dos aspectos mais relevantes da Semana Escolar é a capacitação dos/as educadores/as, que desempenham um papel crucial na mediação dos temas em sala de aula. A formação dos/as professores/as deve incluir não apenas o entendimento teórico da violência de gênero, mas também a preparação para lidar com situações reais que possam surgir no ambiente escolar. Dessa forma, a lei busca não apenas informar, mas também capacitar os/as profissionais da educação para agir de maneira preventiva e eficaz.

Outro ponto destacado na legislação é a produção e distribuição de materiais educativos sobre o combate à violência contra a mulher. A elaboração de recursos didáticos adequados é essencial para que os temas sejam abordados de forma clara e acessível. Esses materiais devem ser desenvolvidos com base em diretrizes pedagógicas que promovam a igualdade de gênero e incentivem atitudes de respeito e solidariedade entre os/as estudantes.

A Lei nº 14.164 também reconhece a importância de envolver a comunidade escolar no enfrentamento da violência de gênero. Ao incentivar a integração de estudantes, educadores/as e familiares, a legislação promove um trabalho coletivo que transcende os limites da sala de aula. Essa abordagem comunitária é essencial para criar um ambiente de apoio às vítimas de violência e para disseminar informações sobre os mecanismos de proteção disponíveis.

Um dos objetivos da Semana Escolar é abordar os mecanismos de assistência às mulheres em situação de violência, incluindo instrumentos protetivos e meios para o registro de denúncias. Essa orientação prática é fundamental para empoderar as mulheres e garantir que saibam onde buscar ajuda. Além disso, a legislação visa capacitar educadores/as e conscientizar a comunidade sobre a violência nas relações afetivas, promovendo discussões que desafiam estereótipos de gênero e padrões culturais prejudiciais.

A promoção da igualdade de gênero é um dos pilares da Lei nº 14.164. Por meio da educação, a legislação busca desconstruir preconceitos e estigmas que perpetuam a desigualdade entre homens e mulheres. A conscientização desde os primeiros anos escolares é crucial para criar uma nova geração mais consciente e comprometida com a construção de uma sociedade igualitária e justa.

Além disso, a lei reconhece que a violência contra a mulher é um problema multifacetado, que exige uma abordagem intersetorial. Ao incluir os temas no currículo da educação básica, a legislação contribui para a formação de cidadãos/ãs mais conscientes de seus direitos e deveres, bem como das dinâmicas sociais que perpetuam a violência. Essa formação crítica é essencial para romper ciclos de violência e promover mudanças estruturais.

O impacto dessa legislação vai além do ambiente escolar, alcançando a sociedade como um todo. A inclusão de conteúdos sobre violência de gênero nos currículos escolares busca influenciar famílias e comunidades, criando uma rede de conscientização e apoio. Essa abordagem integrada é fundamental para combater a normalização da violência e promover uma cultura de respeito e igualdade.

Outro aspecto relevante é o foco na prevenção. Ao abordar o tema desde cedo, a Lei nº 14.164 busca evitar que atitudes violentas sejam reproduzidas nas relações interpessoais. Essa prevenção é especialmente importante para desconstruir padrões culturais que naturalizam comportamentos abusivos e para fomentar relações baseadas no respeito mútuo.

A legislação também é um avanço na promoção dos direitos humanos. Ao incluir conteúdos sobre violência de gênero nos currículos escolares, a Lei nº 14.164 reafirma o compromisso do Brasil com tratados e convenções internacionais que visam eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres. Essa harmonização entre normas nacionais e internacionais fortalece a posição do país na luta pela igualdade de gênero.

É importante destacar que a implementação da lei exige esforços coordenados entre diferentes níveis de governo e instituições de ensino. A colaboração entre secretarias de educação, gestores escolares e organizações da sociedade civil é fundamental para garantir que os objetivos da legislação sejam plenamente alcançados. Esse trabalho conjunto deve incluir a alocação de recursos, a formação de professores e a avaliação contínua dos impactos das ações implementadas.

A Lei nº 14.164 também reconhece a necessidade de abordar a violência de forma contextualizada, considerando as especificidades regionais e culturais. Essa abordagem sensível ao contexto é essencial para garantir que as estratégias de enfrentamento sejam eficazes e respeitem as realidades locais. Ao mesmo tempo, a legislação busca promover valores universais de igualdade e respeito.

Assim, a Lei nº 14.164 representa um avanço significativo na promoção da igualdade de gênero e na prevenção da violência contra a mulher. Sua implementação exige esforços contínuos e integrados, mas os benefícios para a sociedade como um todo são inegáveis. Por meio da educação, a legislação busca transformar mentalidades, romper ciclos de violência e construir um futuro mais igualitário e justo para todos/as.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação do Programa Mulher Segura (PROMUSE) em Nova Andradina/MS, demonstrou-se um passo importante na luta contra a violência doméstica, mas também revelou desafios significativos. A pesquisa mostrou que, apesar das ações bem-intencionadas, a violência contra as mulheres ainda persiste com grande força na sociedade, refletindo as desigualdades estruturais de gênero. A trajetória do programa, que visa fornecer segurança e suporte a mulheres em situação de risco, é uma resposta essencial para uma realidade violenta, mas esbarra em questões culturais e sociais profundas que exigem mais do que políticas de curto prazo.

Uma das principais contribuições do PROMUSE, conforme observado, foi a ampliação da conscientização sobre os direitos das mulheres e os mecanismos legais de proteção, como a Lei Maria da Penha. As entrevistas com policiais indicaram que muitas vítimas de violência doméstica passaram a buscar ajuda de forma mais ativa, o que representa uma quebra importante de um ciclo de silêncio e medo. Contudo, a

efetividade do programa depende da qualidade do atendimento prestado e da continuidade das políticas públicas, que devem ser reforçadas, não apenas no âmbito da segurança, mas também em áreas como saúde e educação.

Apesar dos avanços, a pesquisa também revelou limitações significativas na implementação do PROMUSE, especialmente no que tange ao enfrentamento da violência psicológica e da violência simbólica. As medidas protetivas e as campanhas de conscientização muitas vezes se concentram na violência física, deixando de lado as formas mais sutis de agressão. Além disso, a falta de recursos adequados e de capacitação contínua para os/as envolvidos/as no programa prejudica o alcance total das ações, limitando sua eficácia.

Outro desafio encontrado foi a resistência cultural que persiste em algumas comunidades, onde o papel da mulher é tradicionalmente visto de forma submissa, dificultando a aceitação de programas como o PROMUSE. A ação de conscientizar e educar não é simples, e muitas mulheres, especialmente em áreas mais periféricas, não têm o devido apoio da família ou da comunidade, o que limita sua autonomia e capacidade de denunciar os abusos. A violência doméstica, portanto, é um fenômeno social que requer uma abordagem integral, que envolva não só a intervenção direta nas situações de violência, mas também o combate às causas estruturais dessa violência.

Ademais, a falta de articulação entre diferentes esferas de poder é outro obstáculo para a efetividade do programa. A implementação de políticas públicas eficazes requer uma ação coordenada entre as esferas municipal, estadual e federal. A pesquisa indicou que, em Nova Andradina, há a necessidade de fortalecer a integração entre os serviços de saúde, assistência social e segurança pública, o que dificulta a construção de uma rede de apoio robusta para as mulheres vítimas de violência.

Um ponto positivo que foi identificado nas entrevistas foi a evolução da confiança das vítimas nas autoridades. Inicialmente, muitas mulheres temiam a reação da polícia ou a exposição de suas histórias, mas ao longo do tempo, perceberam que havia um espaço seguro para denunciar e buscar ajuda. Isso é um reflexo das mudanças nas atitudes e na postura da polícia, que, através do PROMUSE, tem se mostrado mais aberta e comprometida com a proteção das mulheres, além de ser um agente ativo na promoção de uma cultura de respeito aos direitos humanos.

Contudo, a dependência do PROMUSE de um número reduzido de profissionais e recursos humanos limita a expansão de suas ações. As experiências relatadas pelos/as policiais apontam a sobrecarga de trabalho e a pressão para lidar com múltiplos casos ao mesmo tempo, o que acaba prejudicando o acompanhamento adequado de cada situação. A escassez de pessoal capacitado é um fator que impacta diretamente na qualidade do serviço prestado, diminuindo a capacidade de resposta do programa a casos emergenciais e aumentando o risco de falhas nos processos.

A pesquisa também enfatizou a importância da capacitação contínua dos/as profissionais envolvidos/as no combate à violência doméstica. Os/as policiais que participaram do PROMUSE expressaram a necessidade de uma formação mais aprofundada sobre as especificidades da violência contra a mulher, incluindo o reconhecimento das diversas formas de abuso e a abordagem psicossocial das vítimas. Além disso, é fundamental que haja uma educação permanente sobre os direitos das mulheres e a importância da Lei Maria da Penha, para garantir que o enfrentamento à violência doméstica seja feito de maneira eficaz e sensível.

Além das questões estruturais e de formação, a conscientização da população sobre os direitos das mulheres e as formas de combater a violência também foi apontada como uma estratégia de sucesso. As ações de sensibilização realizadas ao longo do período de implementação do programa contribuíram para a criação de uma rede de apoio mais forte, composta não apenas por profissionais, mas também pela própria comunidade. A promoção de campanhas educativas nas escolas e outros espaços públicos busca conscientizar as futuras gerações sobre a importância de respeitar os direitos das mulheres e de prevenir a violência.

Embora os resultados do PROMUSE em Nova Andradina sejam promissores, a pesquisa identificou a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes e integradas, que abranjam todos os aspectos da violência contra as mulheres. As medidas legais e as ações de prevenção são importantes, mas o enfrentamento real da violência só será alcançado quando houver um compromisso coletivo e constante da sociedade, do poder público e dos sistemas de justiça, saúde e educação.

Em relação às limitações da pesquisa, é importante ressaltar que o estudo foi realizado com base em entrevistas com um número limitado de policiais que atuaram ou atuam no programa, o que pode restringir a visão sobre a totalidade das experiências vivenciadas no âmbito do PROMUSE. Além disso, a pesquisa se concentrou apenas na cidade de Nova Andradina, com alguns exemplos mencionados

sobre Batayporã, o que limita a generalização dos resultados para outras regiões do estado ou do país. Uma análise mais abrangente, que envolvesse uma maior diversidade de participantes e localidades, poderia fornecer uma visão mais completa sobre os desafios e as conquistas do programa.

Por fim, as recomendações para pesquisas futuras incluem a ampliação do estudo para outras cidades do estado de Mato Grosso do Sul, a fim de analisar como o PROMUSE tem sido implementado em contextos diversos e identificar boas práticas que possam ser replicadas em outras localidades. Também seria importante realizar estudos longitudinais que acompanhem o impacto do programa a longo prazo, observando as mudanças nas taxas de violência e o fortalecimento das redes de apoio às mulheres. Além disso, seria valioso explorar de maneira mais aprofundada as questões culturais, sociais e legais que favoreçam ao estabelecimento de políticas públicas intersetoriais e multiprofissionais que influenciam a violência contra as mulheres e as estratégias de intervenção que podem ser adotadas para combater essas barreiras.

A implementação do PROMUSE em Nova Andradina trouxe à tona a importância de políticas públicas que se concentrem na prevenção e no enfrentamento da violência doméstica, e embora o programa tenha contribuído positivamente para a mudança de atitude em relação à violência contra as mulheres, é necessário um esforço contínuo para garantir que as mulheres vítimas de violência tenham o apoio e a proteção que merecem. A promoção de uma cultura de respeito aos direitos humanos e à igualdade de gênero, juntamente com a capacitação adequada dos/as profissionais, é essencial para o sucesso de programas como o PROMUSE em outras localidades.

REFERÊNCIAS

AGOSTO LILÁS: **Nova Andradina dá início às ações dos 15 anos da lei Maria da Penha**. A Secretaria Executiva de Políticas Públicas para a Mulher (SMPPM) Prefeitura de Nova Andradina. 2021.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm. Acesso em: 05. Jun. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14164.htm. Acesso em: 05 jun. 2025.

COUTO, Maria Claudia Giroto do. **Lei Maria da Penha e princípio da subsidiariedade**: diálogo entre um direito penal mínimo e as demandas de proteção contra a violência de gênero no Brasil. (Dissertação) Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

ELAINE. Com moção, Câmara reconhece programa “Mulher Segura”. **Nova Andradina/MS**: site oficial do poder legislativo. 18 set. 2018. Disponível em: <https://www.novaandradina.ms.leg.br/institucional/noticias/com-mocao-camara-reconhece-programa-201cmulher-segura201d>. Acesso em: 20 out. 2024.

Lei nº. 11.340, de 7 de ago. de 2006. Lei Maria da Penha. Cria Mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: Acesso em: 6 jun. 2025.

MATO GROSSO DO SUL. **Mapa do feminicídio**: Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Secretaria de Estado de Cidadania e Cultura. Subsecretaria de Estado de Políticas Públicas para Mulheres. 2022. Disponível em: <https://www.naosecale.ms.gov.br/mapa-do-feminicidio-2/>. Acesso em: 09 de dez. 2024.

PONTA PORÃ EM DIA , 2023. Disponível em: <https://www.pontaporaemdia.com.br/noticia/26869/programa-mulher-segura-do-8d-bpm-participou-de-diversas-acoes-no-mes-de-marco>. Acesso em: 20 out. 2024.

SARDENBERG, C M. B. ; TAVARES, M.S; GOMES, M.Q. Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento. [online]. Salvador: **EDUFBA**, 2016, Coleção Bahianas. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2019/08/violencia-de-genero-repositorio.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Dourados-MS: UFGD, 2014. 63 p.